



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS NAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO – EDITAL 07/2014

CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

DATA: 01/06/2014

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções cada. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**

LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
LEGISLAÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO: 11 a 15
NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 16 a 20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50

- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que se segue e responda às questões de 01 a 10.

Clima extremo

Ondas de calor, secas, invernos rigorosos, enchentes e furacões. Tudo nos últimos dez anos. Onde isso vai parar?

01 O calor infernal nas regiões Sul e Sudeste no começo do ano parece um evento singular. Mas uma breve
02 retrospectiva da história do planeta nos últimos anos mostra que esses episódios estão se tornando cada vez
03 mais comuns. Pode apostar sem medo de errar: haverá outras ondas de calor tão fortes ou mais que essa ao
04 longo das próximas décadas. Esses são os chamados eventos extremos. Nisso se enquadram a ampliação do
05 número de furações por temporada, as secas na Amazônia, as ondas de calor e os alagamentos, entre outros.

06 E aí, é claro, entram em cena aqueles que lembram que, enquanto nós estávamos sofrendo com um calor
07 de deserto, americanos e canadenses encararam um dos invernos mais rigorosos de sua história. Chegou a fazer
08 mais frio no Canadá do que em Marte. Onde estava o aquecimento global nessa hora?

09 O aumento da frequência dos eventos extremos é o principal sintoma das mudanças climáticas – que vão
10 muito além do calor. É o que os cientistas falam há anos. Pode parecer paradoxal, mas os modelos climáticos
11 explicam como o aumento médio de temperatura da Terra leva a invernos mais rigorosos.

12 Sobre o Polo Norte, existe o que os cientistas chamam de vórtice polar. É um ciclone permanente que fica
13 ali, girando. Em sua força normal, ele segura as frentes frias nessas altas latitudes. Mas, com a temperatura da
14 Terra cada vez mais alta, existe uma tendência de que o vórtice polar se enfraqueça. Assim, as frentes frias,
15 antes fortemente presas naquela região, se dissipam para latitudes mais baixas. E o frioção polar chega aos
16 Estados Unidos. Mudança climática não é sinônimo puro e simples de aumento de temperatura média da Terra.
17 Outros processos, que envolvem a possível savanização da Amazônia, o aumento dos desertos e o deslocamento
18 das regiões mais propícias para a agricultura, também estão inclusos no pacote.

19 É possível atrelar cada um desses episódios, individualmente e sem de dúvida, à mudança climática?
20 Não. Fenômenos atmosféricos e de correntes marinhas têm componentes aleatórios e imprevisíveis. Por isso é
21 possível ter flutuações de temperatura ano a ano que podem disfarçar a tendência de aquecimento.

22 Nos últimos tempos, os chamados “céticos do clima” têm apontado uma tendência à estabilização da
23 temperatura média. Se analisarmos os últimos 15 anos, veremos flutuações ano a ano, mas sem uma curva clara
24 de aumento. Aí mora o erro. Os pesquisadores do Painel Intergovernamental para Mudança Climática (IPCC),
25 órgão da ONU que consolida as descobertas sobre a transformação do clima, apontam que 15 anos é um período
26 irrelevante. A análise de dados desde o século 19 revela um aumento de temperatura cada vez mais acentuado a
27 partir da década de 1960.

28 Além disso, é preciso lembrar que há um consenso crescente entre os astrônomos de que o Sol está
29 entrando numa fase de baixíssima atividade. Cogita-se que ele esteja no mesmo patamar da época da chamada
30 “pequena era do gelo”. Ocorrida entre 1645 e 1715, ela ficou marcada por invernos rigorosos na Europa e
31 coincidiu com a baixa frequência de manchas solares. Ou seja, o calorão está de rachar mesmo como o Sol
32 dando uma trégua.

33 Ainda não está claro como essas mudanças no ciclo de atividade solar influenciam o clima da Terra, mas
34 é possível que o fenômeno possa ter ajudado a dar uma aplainada na tendência de aumento de temperatura.

35 Se o Sol estiver mesmo esfriando, trata-se de uma possível boa notícia. Com essa mãozinha de nossa estrela-
36 mãe, talvez ganhemos algumas décadas para reduzir as emissões de gases-estufa antes que a temperatura volte
37 a seguir a trajetória de aumento. Mas gases como o CO₂ permanecem pelo menos cem anos na atmosfera assim
38 que os soltamos nela. Então, não há tempo a perder.

NOGUEIRA, Salvador. Clima extremo. *Revista Superinteressante*. Edição 330 de março de 2014, pp. 56 a 59 (com supressões).

01. O tema central do texto é:

- (A) O calor infernal nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.
- (B) O aumento de temperatura a partir da década de 1960 no Mundo.
- (C) A baixa atividade solar.
- (D) A redução de emissão de gases-estufa.
- (E) O aumento de eventos climáticos extremos no Mundo.

02. No texto, o fato de, paradoxalmente, o aumento médio de temperatura da Terra levar a invernos mais rigorosos tem a ver com:
- (A) O enfraquecimento do vórtice polar.
 (B) A savanização da Amazônia.
 (C) O aumento da temperatura média da Terra.
 (D) O aumento de desertos.
 (E) O deslocamento das regiões mais propícias para a agricultura.
03. A palavra “ciclone” (linha 12) estabelece um processo de referenciação com:
- (A) Polo Norte (linha 12).
 (B) vórtice polar (linha 12).
 (C) furações (linha 05).
 (D) temperatura da Terra (linha 11).
 (E) modelos climáticos (linha 10).
04. O trecho “haverá outras ondas de calor tão fortes ou mais que essa ao longo das próximas décadas” (linhas 03 e 04) tem como reescritura que mantém o sentido original e a correção gramatical:
- (A) *ao longo das próximas décadas, haverá outras vagas de calor tão fortes ou mais que essa.*
 (B) *existirá, ao longo das próximas décadas, outras ondas de calor tão fortes ou mais do que essa.*
 (C) *haverão outras ondas de calor tão fortes ou mais que essa com o passar das próximas décadas.*
 (D) *ocorrerá outras ondas de calor tão fortes ou mais que essa ao longo dos próximos anos.*
 (E) *existirão outras ondas de calor tão fortes ou mais do que essa no decorrer das próximas décadas.*
05. O questionamento “Onde estava o aquecimento global nessa hora?” (linha 08) pode ser entendido, com a leitura global do texto, como
- (A) uma crítica à denominação ‘aquecimento global’.
 (B) uma pergunta retórica, ou seja, aquela que se formula sem objetivo de receber uma resposta.
 (C) um questionamento que remete à relação de causa e consequência entre o aquecimento global e o frio extremo em países, como EUA e Canadá.
 (D) uma situação de frio extremo ocorrida nos EUA e Canadá, a qual não tem a ver com o aquecimento global.
 (E) um paradoxo que não é entendido sequer pelos cientistas.
06. A expressão “céticos do clima” (linha 22) refere-se, dada a leitura global,
- (A) àqueles que relativizam os efeitos do aquecimento global.
 (B) àqueles que não acreditam na melhora do panorama climático atual.
 (C) àqueles que não acreditam na estabilização da temperatura média.
 (D) àqueles que não acreditam que o Sol está entrando em uma fase de baixa atividade.
 (E) àqueles que não acreditam nos dados fornecidos pelo IPCC.
07. O vocábulo “aplainada” (linha 34), no contexto em que ocorre, SÓ pode ser substituído por:
- (A) alisada. (D) resolvida.
 (B) nivelada. (E) desembaraçada.
 (C) desaparecida.
08. Levando-se em conta o trecho “Nos últimos tempos, os chamados “céticos do clima” têm apontado uma tendência à estabilização da temperatura média” (linhas 22 e 23), julgue os itens abaixo:
- I. A expressão “Nos últimos tempos” é separada por vírgula por ter natureza adverbial e por estar deslocada do fim para o começo do período;
 II. O verbo “ter”, flexionado “têm”, recebe acento porque possui, como núcleo do sujeito, a palavra “chamados”;
 III. O uso do acento grave no trecho se justifica porquanto a palavra “tendência” exige a preposição “a” e a palavra “estabilização” admite o artigo feminino “a”.
- (A) Somente o item I está correto. (D) Somente os itens I e III estão corretos.
 (B) Somente o item II está correto. (E) Todos os itens estão corretos.
 (C) Somente o item III está correto.

09. O advérbio “Ai” (linha 24) recupera a seguinte informação:
- (A) Não houve uma curva clara de aumento de temperatura média.
 - (B) Não houve uma tendência à estabilização da temperatura média.
 - (C) Houve um aumento de temperatura cada vez mais acentuado a partir da década de 1960.
 - (D) Há flutuações de temperatura ano a ano que podem disfarçar a tendência de aquecimento.
 - (E) Houve análise errada por parte dos pesquisadores do Painel Intergovernamental para Mudança Climática.
10. O uso da forma verbal “ganhemos” (linha 36) se justifica porque evidencia semanticamente no trecho:
- (A) Certeza.
 - (B) Possibilidade.
 - (C) Persuasão.
 - (D) Injunção.
 - (E) Convicção.

LEGISLAÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO

11. A lei 8.112/90 diz que os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo. Sobre esses adicionais de insalubridade, periculosidade e atividade penosa no serviço público federal, é INCORRETO afirmar que:
- (A) Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.
 - (B) O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.
 - (C) Na concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade e de periculosidade, serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.
 - (D) O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade poderá requerer e ver concedidos os dois adicionais.
 - (E) A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.
12. As férias são um direito sagrado do servidor. De acordo com a lei 8.112/90, é INCORRETO afirmar que:
- (A) o servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.
 - (B) para o efetivo gozo, é possível levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
 - (C) para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.
 - (D) as férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.
 - (E) as férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.
13. Na contagem de tempo de serviço no serviço público federal, NÃO pode ser considerado como efetivo exercício os afastamentos em virtude de:
- (A) tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - (B) exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República.
 - (C) desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.
 - (D) júri e outros serviços obrigatórios por lei.
 - (E) licença por motivo de acidente em serviço ou doença profissional.
14. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. Sobre a acumulação de cargo público prescrita na lei 8.112/90, é INCORRETO afirmar que
- (A) a lei considera acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

- (B) a lei considera legal e possível acumular cargos no serviço público federal com cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.
- (C) a lei diz que a acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
- (D) a lei adota, como regra geral, que o servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.
- (E) a lei aponta que o servidor vinculado ao regime da lei 8.112/90 que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.
15. O Plano de Seguridade Social visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendam às finalidades de garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão; dar proteção à maternidade, à adoção e à paternidade e promover a assistência à saúde. De acordo com a lei 8.112/90, NÃO é benefício compreendido no Plano de Seguridade do Servidor Público Federal
- (A) a licença por acidente em serviço.
- (B) as férias.
- (C) o salário-família.
- (D) a garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias.
- (E) a aposentadoria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Um usuário que deseja alterar sua senha, utilizando um computador com sistema operacional Linux deve usar o comando:
- (A) pwd (B) change (C) password (D) ps (E) passwd
17. Ao visualizar o conteúdo de um *pendrive* de um colega de trabalho, um usuário se deparou com quase dois mil arquivos. No entanto, o usuário deseja copiar apenas os dois arquivos criados/salvos a partir do BrOffice.org (Português Versão Padrão do Fabricante), mais especificamente um arquivo criado a partir do Writer e outro arquivo criado a partir do Impress. Para facilitar sua busca, o usuário teve a ideia de procurar pela extensão dos arquivos. Ele deve então procurar pelas extensões:
- (A) .odt e .ods (B) .ods e .odp (C) .bri e .brw (D) .xls e .doc (E) .odt e .odp
18. Analise as afirmações abaixo sobre o Microsoft Word 2007 (Português Versão Padrão do Fabricante) e marque a opção CORRETA.
- (A) A ferramenta “Pincel” ativa os recursos gráfico do Word.
- (B) O comando “Ctrl+F” é usado para acionar a janela de formatação da fonte.
- (C) O recurso de “Impressão Rápida” envia o documento diretamente para a impressora padrão sem fazer alterações.
- (D) A opção para realizar a verificação de Ortografia e Gramática é acessada através do menu Exibição.
- (E) Ao instalar o Word, automaticamente os aplicativos Paint e Calculadora são instalados no sistema operacional.
19. O mecanismo de furto de informações digitais caracterizado pelo recebimento de uma mensagem não solicitada do fraudador, se passando por uma pessoa ou empresa confiável, é:
- (A) *Hacker* (B) *Trojan* (C) *Phishing* (D) *Spyware* (E) *Keygen*
20. O nome dado ao Documento Eletrônico que identifica e permite ao usuário realizar transações e procedimentos na internet de maneira segura e que atesta, com valor jurídico, a identificação do usuário e garante a transmissão sigilosa dos dados trafegados é:
- (A) Certificado Digital.
- (B) Certidão de Segurança.
- (C) Arquivo de Passe.
- (D) Arquivo de Criptografia.
- (E) Chave Pública.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Determinada indústria foi contratada no mês de janeiro/20X3 para montar um computador de grande porte para entrega futura. Em março/20X3, o contratante adiantou-lhe 60% do preço do computador para aquisição de peças e acessórios necessários ao início da montagem dos acabamentos do equipamento. No final de abril/20X3, a contratada já estava com o hardware encomendado em fase de testes e embalagem. No início de junho/20X3, foi feita a entrega do computador à empresa que o encomendou, mediante o recebimento de 10% do preço acordado. Os restantes 30% foram pagos pelo cliente no mês de agosto/20X3. Nessa situação, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, o reconhecimento da receita de vendas na referida indústria deve ser corretamente feito no mês de:

- (A) janeiro. (B) março. (C) abril. (D) junho. (E) agosto.

22. Julgue V (Verdadeiro) ou F (Falso) as assertivas a seguir conforme o disposto nos princípios fundamentais de contabilidade.

- I. Segundo o princípio da entidade, a soma ou agregação de patrimônios autônomos resulta em uma nova entidade de natureza econômico-contábil;
- II. A continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível;
- III. O princípio da oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

A opção CORRETA é:

- (A) F, V, V. (B) F, F, V. (C) V, V, V. (D) V, V, F. (E) V, F, V.

23. Segundo o disposto no apêndice à resolução acerca dos princípios fundamentais de contabilidade, julgue V (Verdadeiro) ou F (Falso) os itens a seguir:

- I. Pressupõe-se que o valor de troca, aquele decorrente da transação, configure o valor econômico dos ativos no momento de sua ocorrência;
- II. Quando existem receitas e despesas pertencentes a um exercício anterior, que nele deixarem de ser consideradas por qualquer razão, os ajustes devem ser realizados no exercício subsequente;
- III. As informações quantitativas que a contabilidade aplicada a uma entidade produz devem possibilitar ao usuário avaliar a situação e as tendências da entidade, com o menor grau de dificuldade possível.

A opção CORRETA é:

- (A) F, V, V. (B) F, F, V. (C) V, V, V. (D) V, V, F. (E) V, F, V.

24. Se uma empresa emitir 8.000 ações, cada uma, com valor nominal de R\$ 5,00, e vendê-las, todas, pelo valor unitário R\$ 7,80, então o patrimônio líquido desta empresa sofrerá aumento de:

- (A) R\$ 22.400,00.
(B) R\$ 40.000,00.
(C) R\$ 65.300,00.
(D) R\$ 62.400,00.
(E) R\$ 102.400,00.

25. A mecânica contábil se baseia no método das partidas dobradas, no qual toda transação é reconhecida mediante dois registros: um lançamento a débito e outro a crédito. Pode haver mais de um lançamento a débito e(ou) crédito. Diante do exposto, assinale a opção CORRETA.

- (A) Para a contabilização de ICMS sobre venda no valor de R\$ 464,00, deve ser feito um lançamento a débito de ICMS sobre vendas e a crédito de ICMS a recolher, no mesmo valor e mês da ocorrência.
- (B) O recebimento de um valor como adiantamento de um pedido a ser entregue em 60 dias deve ser registrado como débito em caixa e crédito em receita, no mesmo valor recebido, no mês em que o cliente formalizar a encomenda.
- (C) O ato de compra de um equipamento realizada em 1º/11/2009, a prazo, em cinco parcelas mensais de R\$ 2.000,00, deve ser registrado com uma partida de segunda fórmula com débito de R\$ 10.000,00 em conta do ativo e créditos em contas do passivo não circulante.

- (D) Prêmio pago em 20/1/2010, com cheque no valor de R\$ 4.000,00, referente ao seguro anual contra incêndios de um galpão de 2.000 m², deve ser registrado no diário contábil na mesma data, por meio de débito em despesas incorridas com seguros anuais e crédito em banco – conta movimento.
- (E) Um cheque de cliente no valor de R\$ 500,00, recebido em 10/12/2009 para liquidação de uma duplicata vencida em janeiro/2009 e baixada contra perdas com incobráveis em junho do mesmo ano, deve ser registrado com lançamento a débito de banco – conta movimento e crédito em clientes.

26. Considerando os dados mostrados na tabela abaixo e o regime da competência, é CORRETO inferir que o resultado:

Fato Contábil	Valor (em R\$)	Recebimento/ Pagamento em
Receita em 2012	40.000,00	2012
Receita em 2011	20.000,00	2012
Receita em 2012	20.000,00	2013
Receita em 2013	20.000,00	2012
Despesa em 2011	10.000,00	2011
Despesa em 2012	20.000,00	2011
Despesa em 2012	10.000,00	2012
Despesa em 2013	10.000,00	2012

- (A) em 2011, foi prejuízo de R\$ 10.000,00.
 (B) em 2012, foi prejuízo de R\$ 10.000,00.
 (C) em 2012, foi lucro de R\$ 30.000,00.
 (D) em 2012, foi lucro de R\$ 40.000,00.
 (E) em 2013, foi lucro de R\$ 30.000,00.

27. Uma empresa comercial levantou os saldos em suas contas de resultado no final de 2012, mostrados na tabela abaixo. O estoque inicial dessa empresa era de R\$ 38.000,00, e o estoque final de R\$ 25.000,00. Com base nessas informações e nos princípios fundamentais de contabilidade, assinale a opção que apresenta corretamente os resultados, em reais, do lucro líquido do período, do custo da mercadoria vendida do período e do resultado financeiro líquido, respectivamente.

Contas de Resultado	Valor (em R\$)
Aluguel	3.200
Compras	124.800
Devolução de Compras	3.200
Devolução de Vendas	2.500
Frete sobre Compras	6.000
Propaganda	4.300
Receitas Financeiras	6.400
Salários	14.800
Seguros sobre compras	600
Vendas	190.000

- (A) 30.400, 140.000 e 3.900.
 (B) 30.400, 141.200 e 6.400.
 (C) 31.600, 141.200 e 3.900.
 (D) 31.600, 138.400 e 30.400.
 (E) 46.300, 138.500 e 30.400.

28. A Lei nº 11.638 alterou a Lei nº 6.404/1976, tornando obrigatória a elaboração da DVA. A respeito dessa alteração legal, julgue V (Verdadeiro) ou F (Falso) os itens a seguir:

- I. A elaboração da DVA é obrigatória para todas as companhias, sejam elas de capital aberto ou de capital fechado;
- II. A DVA tem a função de evidenciar aos usuários das informações contábeis o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída;
- III. De modo subsidiário, a DVA pode ser utilizada pelas companhias para apuração mensal do valor do imposto de renda devido.

A opção CORRETA é:

- (A) F, V, V. (B) F, F, V. (C) V, V, V. (D) F, V, F. (E) V, F, V.

29. Durante o mês de março/20X1, ocorreram os seguintes fatos em determinada empresa.

Data	Fato	Valor (R\$)
01/03/X1	Integralização de Capital em Dinheiro	1.000
10/03/X1	Compra de Mercadorias para Revenda	500
13/03/X1	Obtenção de Empréstimo bancário em Dinheiro	10.000
20/03/X1	Prestação de Serviços com Recebimento a Vista	5.000
30/03/X1	Pagamento dos Salários do Mês	3.000

Com base na demonstração do fluxo de caixa, método direto, elaborada com base nos fatos da empresa, assinale a opção CORRETA.

- (A) O fluxo das operações é composto exclusivamente pelo valor recebido dos clientes. Nesse caso, o fluxo das operações foi de R\$ 5.000,00.
 (B) O pagamento dos salários deve ser evidenciado no fluxo dos financiamentos, pois a empresa está financiando os empregados.
 (C) A compra de mercadorias compõe o fluxo dos investimentos.
 (D) A integralização do capital social é evidenciada no fluxo das operações.
 (E) Não houve fluxo de investimentos.
30. A Lei n.º 6.404/1976 tornou obrigatória a elaboração da demonstração dos lucros e prejuízos acumulados (DPLA) pelas sociedades por ações. Essa é uma demonstração de preparação rápida e simples, pois representa uma mera transcrição, de forma ordenada e racional, da conta razão lucros ou prejuízos acumulados da companhia. Com base nas disposições da referida lei, assinale a opção correta a respeito da DLPA elaborada pela Cia. XYZ em 31/12/20X1, descrita na tabela abaixo.

DLPA – Exercício findo em 31/12/X2 Cia XYZ (R\$)	
Saldo em 31 de Dezembro de 20X1	- 1.000
(-) Parcela de Lucros incorporada ao Capital	- 2.800
+ Lucro Líquido do período	20.000
(-) Proposta da Administração para distribuição dos Lucros	- 11.000
Transferências para Reservas	- 1.000
Dividendos a distribuir	- 7.000
Juros sobre o Capital Próprio	- 3.000
Saldo em 31 de Dezembro de 20X2	5.200

- (A) Houve ajustes de exercícios anteriores.
 (B) O valor da proposta da administração para distribuição do lucro equivale a 55% do valor do lucro líquido de 20X1.
 (C) No exercício de 20X1, a empresa incorporou ao capital social o montante de 16% do lucro líquido do período.
 (D) O valor dos juros sobre o capital próprio equivale a 14% do lucro do período.
 (E) Os dividendos a distribuir representam menos de 133% do saldo evidenciado pela DLPA em 31/12/20X1.
31. Considerando que, de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, a DRE deve ser apresentada na forma dedutiva com os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas, definindo claramente o lucro ou prejuízo do exercício, e por ação, assinale a opção CORRETA.
- (A) O valor da receita líquida das vendas e serviços deve ser apurado pela diferença entre a receita bruta das vendas e serviços e o valor do custo das mercadorias e serviços vendidos.
 (B) O valor do lucro operacional bruto deve ser apurado depois da dedução dos valores referentes às despesas operacionais.
 (C) O lucro (ou prejuízo) líquido do exercício e o montante do lucro (ou prejuízo) por ação do capital social devem ser apurados depois da dedução dos valores das participações.
 (D) São exemplos de participações deduzidas na DRE: debêntures, fornecedores, administradores e partes beneficiárias.
 (E) Os abatimentos concedidos não são discriminados na DRE.

32. “O princípio contábil do custo histórico não reflete o valor de uma empresa em determinado dia, a não ser no momento histórico de seu registro inicial. A utilização do fair value (valor justo) ou do valor de mercado, entretanto, pode oferecer dificuldades na prática, embora, teoricamente, esses valores possam ser considerados mais aconselháveis do que a avaliação pelo custo histórico.” (H. Franco. A contabilidade da era da informação: In: Temas discutidos no XV Congresso Mundial de Contadores de Paris. São Paulo: Atlas, 1999, p. 284 (com adaptações).

Refletindo a discussão em torno da questão da avaliação dos itens patrimoniais, as alterações na Lei n.º 6.404/1976 introduziram o conceito de valor justo de itens do ativo, conceito que possui aplicações variadas, dependendo do ativo que se quer avaliar. Acerca desse tema, assinale a opção CORRETA.

- (A) Para estoques em geral, o valor justo é o custo de reposição.
- (B) Para bens do ativo imobilizado, o valor justo é o preço de transferência.
- (C) Para as matérias-primas, o valor justo é o preço líquido de realização por venda no mercado.
- (D) Para instrumentos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação.
- (E) O valor que se pode obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes, é o conceito de valor justo para mercadorias destinadas à venda.

33. O EBITDA (Earnings Before Interest, Tax Depreciations and Amortization) é um indicador financeiro. Considerando o EBITDA da empresa DELTA, têm-se:

- EBTIDA referente ao exercício de 20X1: R\$ 300.000,00.
- EBTIDA referente ao exercício de 20X2: R\$ -20.000,00.

Estes resultados indicam que:

- (A) Em 20X1, a empresa Delta gerou caixa, porém em 20X2, as operações da empresa consumiram caixa.
- (B) Em 20X1, a empresa Delta gerou caixa, porém, em 20X2, as operações da empresa consumiram caixa sendo ainda assim suficiente para pagar juros e os impostos.
- (C) As operações da empresa estão gerando caixa apesar de o indicador ser negativo em 20X2.
- (D) As operações da empresa estão gerando caixa, sendo o indicador em 20X2 negativo, significando uma situação de equilíbrio.
- (E) Nenhuma das opções acima.

34. Julgue V (Verdadeiro) ou F (Falso) as assertivas a seguir:

- I. Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público;
- II. A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social;
- III. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

A opção CORRETA é:

- (A) F, V, V. (B) F, F, V. (C) V, V, V. (D) V, V, F. (E) V, F, V.

35. Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Unidade Contábil é classificada em quatro tipos, EXCETO:

- (A) originária. (D) unificada.
- (B) descentralizada. (E) consolidada.
- (C) derivada.

36. As despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência superior a 1 (um) exercício serão empenhados:
- (A) em 2 (dois) exercícios financeiros.
 - (B) em 3 (três) exercícios financeiros.
 - (C) em 4 (quatro) exercícios financeiros.
 - (D) total e exclusivamente no exercício em que começar a sua execução.
 - (E) em cada exercício financeiro pela parte nela a ser executada.
37. O cancelamento da Dívida Ativa é contabilizado nas Demonstrações das Variações Patrimoniais como:
- (A) Variação Passiva – Mutações Patrimoniais – Cancelamento da Dívida Ativa.
 - (B) Variação Passiva – Independente da Execução Orçamentária – Cancelamento da Dívida Ativa.
 - (C) Variação Ativa – Resultante da Execução Orçamentária – Cancelamento da Dívida Ativa.
 - (D) Variação Ativa – Mutações Patrimoniais – Cancelamento da Dívida Ativa.
 - (E) Variação Ativa – Independente da Execução Orçamentária – Cancelamento da Dívida Ativa.
38. O cancelamento de restos a pagar não-processados deve ser registrado como receita?
- (A) Não. O registro do cancelamento de restos a pagar não-processados trata apenas de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida referente às receitas arrecadadas em exercício anterior.
 - (B) Sim. O registro do cancelamento de restos a pagar não-processados trata apenas de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida referente às receitas arrecadadas em exercício anterior.
 - (C) Não. O registro do cancelamento de restos a pagar não-processados trata apenas de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida referente às despesas empenhadas no exercício anterior.
 - (D) Sim. O registro do cancelamento de restos a pagar não-processados trata apenas de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida referente às despesas empenhadas no exercício anterior.
 - (E) NDRA
39. No que diz respeito ao registro contábil dos aspectos orçamentários relacionados à devolução de saldos de convênios, julgue V (Verdadeiro) ou F (Falso) os itens a seguir:
- I. Se a restituição ocorrer no mesmo exercício em que foram recebidas transferências do convênio, contrato ou congêneres, deve-se contabilizar como dedução de receita até o limite de valor das transferências recebidas no exercício;
 - II. Se o valor da restituição ultrapassar o valor das transferências recebidas no exercício, o montante que ultrapassar esse valor deve ser registrado como despesa orçamentária;
 - III. Se a restituição for feita em exercício em que não houve transferência do respectivo convênio/contrato, deve ser contabilizada como despesa orçamentária.
- A opção CORRETA é:
- (A) F, V, V. (B) F, F, V. (C) F, F, F. (D) V, V, F. (E) V, V, V.
40. Existe algum impedimento legal em contabilizar os créditos de ICMS pelo lançamento?
- (A) Sim, existe. O registro da variação patrimonial aumentativa ocorrerá na arrecadação, sendo, adicionalmente, realizados ajustes periódicos nos créditos tributários a receber e no passivo de provisão relativo à parcela a transferir a outro ente, se for o caso.
 - (B) De acordo com a resolução CFC nº 1.111/2007, não existe impedimento legal para realizar o registro contábil das variações patrimoniais aumentativas.
 - (C) Como o sistema contábil não é capaz de captar a ocorrência do fato gerador do tributo no lançamento por homologação, ocorrerá o registro do crédito e do passivo, se for o caso, tal como nos lançamentos de ofício e por declaração.
 - (D) O Princípio da Tempestividade determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
 - (E) Os serviços de contabilidade não serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

41. Em relação à retenção e recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre serviços prestados mediante cessão de mão de obra, é CORRETO afirmar que:
- (A) Será cobrada aplicando-se a alíquota de 8% sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviço.
 - (B) O valor retido poderá ser compensado pela empresa contratada quando do recolhimento de sua contribuição patronal ao INSS, incidente sobre sua folha de pagamento.
 - (C) As empresas que prestam serviços de vigilância e segurança não estão sujeitas a essa retenção, por disposição expressa da Lei no 8.212/1991.
 - (D) Os administradores de autarquias e fundações públicas, criadas ou mantidas pelo Poder Público, de empresas públicas e de sociedades de economia mista tornam-se solidariamente responsáveis pelo pagamento da contribuição, se verificada mora superior a trinta dias.
 - (E) Na impossibilidade de a empresa efetuar a compensação da importância retida sobre o valor de seus serviços, ela poderá utilizar o saldo remanescente para compensação com outros tributos federais, na forma do regulamento.

42. A respeito da Guia de Recolhimento da União (GRU), julgue V (Verdadeiro) ou F (Falso) os próximos itens.

- I. O Banco Central do Brasil é o agente financeiro que centraliza a arrecadação da GRU; o órgão arrecadador é a unidade do governo federal que detém a responsabilidade administrativa sobre os valores arrecadados;
- II. Deverão ser recolhidas mediante GRU as receitas do Instituto Nacional do Seguro Social e as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- III. Além do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) e da Guia da Previdência Social (GPS), os ingressos de valores na conta única da União são efetuados por meio da GRU, utilizada, por exemplo, para pagamento de inscrições em concursos públicos.

A opção CORRETA é:

- (A) F, V, V. (B) F, F, V. (C) F, F, F. (D) V, V, F. (E) V, V, V.

43. Assinale a opção CORRETA acerca das etapas da receita orçamentária.

- (A) Para fins de consistência, deve-se usar apenas uma metodologia de projeção de receitas orçamentárias.
- (B) A utilização de modelos incrementais na estimativa das receitas orçamentárias é compatível com o processo de elaboração do orçamento de base zero.
- (C) De acordo com a legislação em vigor, os estágios da receita orçamentária são: planejamento, lançamento e arrecadação.
- (D) O procedimento de lançamento deve incluir a aplicação de penalidade quando for o caso.
- (E) O recolhimento de receitas deve observar o princípio de unidade de caixa.

44. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – parte V, define as estruturas básicas dos demonstrativos, entre os quais, o fluxo de caixa. Quanto à estrutura do referido demonstrativo, preconiza o manual:

- (A) Deve ser confeccionado exclusivamente pelo método direto.
- (B) Embora possa ser confeccionado tanto pelo método direto quanto pelo método indireto, o referido manual admite a preferência pelo método indireto.
- (C) Estão evidenciadas as contas de despesas de depreciação e de ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais.
- (D) O saldo das transferências que refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta é uma subconta da receita derivada.
- (E) Os ingressos de operações correspondem à receita arrecadada corrente de atividades operacionais, que são separadas em derivadas e originárias, evidenciando-se a origem e a espécie, considerando-se as respectivas deduções. No entanto, as deduções não são evidenciadas separadamente no demonstrativo.

45. Para a contabilidade pública, o processo de reconhecimento de um ativo intangível deve ser aplicado:

- (A) a patrimônio cultural intangível.
- (B) aos gastos com marcas e patentes.
- (C) ao reconhecimento e mensuração do direito de exploração e avaliação de ativos.
- (D) aos gastos com o desenvolvimento e à extração de recursos minerais, petróleo, gás natural e outros recursos não renováveis similares.
- (E) a ativos fiscais diferidos.

46. No que se refere ao controle interno da execução orçamentária regulamentado pelos textos da Constituição Federal (artigos 70 a 75) e da Lei nº 4.320/1964, conclui-se que:
- (A) o Poder Executivo exercerá controle prévio sobre a legalidade dos atos, a fidelidade funcional dos agentes da administração e, também, sobre o cumprimento da execução financeira dos programas de trabalhos relacionados.
 - (B) o Tribunal de Contas exercerá somente o controle posterior sobre a legalidade dos atos, a fidelidade funcional dos agentes da administração e o cumprimento financeiro e de metas do programa de trabalho.
 - (C) as unidades de medida referentes ao cumprimento do programa de trabalho, seja em termos monetários ou em termos de realização de obras e prestação de serviços, serão definidas, posteriormente, pelo órgão proponente da proposta orçamentária.
 - (D) o controle prévio sobre a legalidade dos atos, a fidelidade funcional dos agentes da administração e o cumprimento do programa de trabalho não poderá ser efetuado de forma concomitante pelo Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas.
 - (E) o Tribunal de Contas somente atuará quando acionado pelas casas legislativas ou por dispositivo legal que o obrigue.
47. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, parte V, trata da publicação das notas explicativas – NE's, podendo nestas serem utilizadas estimativas. Segundo o manual:
- (A) embora permitidas, as estimativas devem ser pouco utilizadas, pois reduzem a confiabilidade dos demonstrativos.
 - (B) não devem ser realizadas revisões das estimativas.
 - (C) uma mudança de método de avaliação é uma mudança de estimativa.
 - (D) o uso de estimativas razoáveis não é admitido; a precisão é valor fundamental para o bem da informação contábil.
 - (E) as possíveis fontes de erro de uma estimativa devem ser publicadas.
48. A NBC T 16.11 aprovou o Sistema de Informação de Custos do Setor Público. A referida Resolução preconiza que é necessário e útil que a entidade que deseja evidenciar seus custos unitários utilizando-se dos vários métodos de custeio existentes, faça-o respeitando as etapas naturais do processo de formação dos custos dentro dos seus respectivos níveis hierárquicos. Nas opções abaixo, estão listadas, de forma desordenada, algumas dessas etapas naturais. A etapa, de acordo com a sequência sugerida pela Resolução, na forma hierárquica, como a primeira a ser executada é:
- (A) Escolha do modelo de alocação dos custos indiretos.
 - (B) Alocação dos custos diretos aos objetos de custos.
 - (C) Identificação dos objetos de custos.
 - (D) Identificação dos custos diretos.
 - (E) Evidenciação dos custos diretos dentro da classe de objetos definidos.
49. Segundo o Art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto nesse artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo(a):
- (A) Constituição Federal.
 - (B) Câmara dos Deputados.
 - (C) Senado Federal.
 - (D) Ministério da Fazenda.
 - (E) Tribunal de Contas da União.
50. Em 31 de dezembro, um determinado ente da federação elaborou o seu balanço patrimonial, respeitando a estrutura original, definida pela Lei 4.320/64. Pelo Razão, a conta Estoque de Material de Consumo, no valor de R\$ 150.000, deverá ser classificada no seguinte grupo do balanço:
- (A) Ativo Financeiro.
 - (B) Ativo Permanente.
 - (C) Ativo Real Líquido.
 - (D) Ativo Compensado.
 - (E) Ativo Circulante.